



## Arquivos, princípios CARE e a governança de dados indígenas

*Archives, CARE Principles, and Indigenous Data Governance*

*Archivos, Principios CARE y Gobernanza de Datos Indígenas*

### Laís Barbudo Carrasco

Doutora em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Marília, São Paulo, Brasil. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação e Arquivologia, Mid Sweden University (MIUN), Sundsvall, Västernorrland, Suécia.

<http://lattes.cnpq.br/7793712097080187>

<https://orcid.org/0000-0003-2938-9390>

### Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti

Doutora em Educação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Marília, São Paulo, Brasil. Docente do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Marília, São Paulo, Brasil. Coordenadora de Tecnologias Aplicadas (COTEA), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/7390573927636069>

<https://orcid.org/0000-0002-4216-0374>

### Emanuelle Torino

Doutora em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Marília, São Paulo, Brasil. Bibliotecária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5042296869081637>

<https://orcid.org/0000-0002-3791-9884>

### Resumo

**Introdução:** O artigo aborda a interseção entre arquivos indígenas, princípios CARE (Benefício Coletivo, Autoridade para Controlar, Responsabilidade e Ética) e governança de dados indígenas, enfocando o fortalecimento do Direito à Memória das comunidades indígenas. A pesquisa se concentra na análise e compreensão dos princípios CARE e sua aplicação na gestão de dados indígenas em uma abordagem arquivística. **Metodologia:** A metodologia adotada é descritiva, com uma revisão bibliográfica que analisa as dimensões da gestão de dados e arquivos indígenas, ancorando-se nos princípios CARE. **Resultados:** Os resultados evidenciam a intrínseca relação entre as dimensões preservadas nos arquivos indígenas, a aplicação ética dos princípios CARE na gestão desses arquivos e a relevância da governança de dados indígenas para garantir a autodeterminação e a privacidade. **Conclusão:** A conclusão destaca que a integração desses elementos proporciona uma abordagem holística para fortalecer o Direito à Memória, contribuindo não apenas para a preservação cultural, mas também para o respeito à diversidade étnica e cultural global.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação; arquivo; Princípios CARE; governança de dados indígenas.

### **Abstract**

**Introduction:** The article addresses the intersection between indigenous archives, CARE principles (Collective Benefit, Authority to Control, Responsibility, and Ethics), and indigenous data governance, focusing on strengthening the Right to Memory of indigenous communities. The research focuses on the analysis and understanding of CARE principles and their application in indigenous data management using an archival approach. **Methodology:** The adopted methodology is descriptive, involving a literature review analyzing the dimensions of indigenous data and archive management, anchored in the CARE principles. **Results:** The findings highlight the intrinsic relationship between the dimensions preserved in indigenous archives, the ethical application of CARE principles in managing these archives, and the importance of indigenous data governance in ensuring self-determination and privacy. **Conclusion:** The conclusion emphasizes that the integration of these elements provides a holistic approach to strengthen the Right to Memory, contributing not only to cultural preservation but also to respect for global ethnic and cultural diversity.

**Keywords:** Information Science; archive; CARE Principles; indigenous data governance.

### **Resumen**

**Introducción:** El artículo aborda la intersección entre archivos indígenas, principios CARE (Beneficio Colectivo, Autoridad para Controlar, Responsabilidad y Ética) y gobernanza de datos indígenas, enfocándose en fortalecer el Derecho a la Memoria de las comunidades indígenas. La investigación se centra en el análisis y comprensión de los principios CARE y su aplicación en la gestión de datos indígenas mediante un enfoque archivístico. **Metodología:** La metodología adoptada es descriptiva, con una revisión bibliográfica que analiza las dimensiones de la gestión de datos indígenas y archivos, fundamentada en los principios CARE. **Resultados:** Los resultados evidencian la relación intrínseca entre las dimensiones preservadas en los archivos indígenas, la aplicación ética de los principios CARE en la gestión de estos archivos y la relevancia de la gobernanza de datos indígenas para garantizar la autodeterminación y la privacidad. **Conclusión:** La conclusión destaca que la integración de estos elementos proporciona un enfoque holístico para fortalecer el Derecho a la Memoria, contribuyendo no solo a la preservación cultural, sino también al respeto por la diversidad étnica y cultural a nivel global.

**Palabras clave:** Ciencias de la Información; archivo; Principios CARE; gobernanza de datos indígenas.

## **1 INTRODUÇÃO**

A preservação da memória, especialmente no contexto dos povos indígenas, é um imperativo para a promoção dos direitos humanos, considerando as ameaças constantes às identidades culturais e históricas dessas comunidades devido a processos históricos de colonização, assimilação e deslocamento. O Direito à Memória destaca a necessidade de reconhecer, respeitar e proteger o direito que as comunidades em questão têm de preservar, transmitir e acessar

suas memórias coletivas e individuais. Os povos originários possuem uma rica herança cultural, tradições ancestrais e laços históricos profundos com seus territórios (Morigi e Fornos, 2020).

Conforme estabelecido na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, no Artigo 31:

1. Os povos indígenas têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais, suas expressões culturais tradicionais e as manifestações de suas ciências, tecnologias e culturas, compreendidos os recursos humanos e genéticos, as sementes, os medicamentos, o conhecimento das propriedades da fauna e da flora, as tradições orais, as literaturas, os desenhos, os esportes e jogos tradicionais e as artes visuais e interpretativas. Também têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver sua propriedade intelectual sobre o mencionado patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais e suas expressões culturais tradicionais.
2. Em conjunto com os povos indígenas, os Estados adotarão medidas eficazes para reconhecer e proteger o exercício desses direitos. (Nações Unidas, 2008, p. 16).

Para concretizar esse direito, é essencial considerar os aspectos dos arquivos indígenas, os princípios CARE (acrônimo para Benefício Coletivo, Autoridade para Controlar, Responsabilidade e Ética) e a governança de dados indígenas.

Note-se que dados indígenas englobam informações sobre população, saúde e administração, além de registros ambientais e culturais (como narrativas tribais e sítios significativos), sendo crucial sua produção e gestão por comunidades, governos e instituições indígenas (Kukutai e Taylor, 2016).

Os Princípios CARE (Figura 1), que englobam as diretrizes de Benefício Coletivo, Autoridade para Controlar, Responsabilidade e Ética, emergiram como uma resposta essencial à crescente necessidade de orientar a coleta, a gestão e o compartilhamento de dados de maneira ética e culturalmente sensível.

Originários do campo da governança de dados indígenas, esses princípios foram desenvolvidos em colaboração estreita com comunidades indígenas,

organizações de pesquisa e defensores dos direitos indígenas. O seu histórico remonta a um reconhecimento crítico de práticas passadas que frequentemente marginalizaram ou prejudicaram as comunidades indígenas no contexto da coleta de dados.

Figura 1 – Princípios CARE



Fonte: Vidotti, Torino e Coneglian (2021, p. 214), adaptado de Carrol *et al.* (2020).

Ao enfatizar o Benefício Coletivo, os Princípios CARE visam garantir que as práticas de dados promovam o bem-estar das comunidades indígenas, preservando suas identidades culturais e históricas. A Autoridade para Controlar reconhece a importância de conceder às comunidades indígenas o poder de decisão sobre seus próprios dados, fortalecendo a autodeterminação. A Responsabilidade estabelece a base para uma colaboração ética e transparente na gestão de dados, enquanto a Ética orienta práticas respeitadas e culturalmente sensíveis. A relevância dos Princípios CARE transcende seu contexto inicial, sendo adotados como um guia valioso para a governança de dados em diversos setores, destacando a necessidade universal de uma abordagem ética e inclusiva na era

dos dados (Carroll *et al.*, 2020; Global Indigenous Data Alliance, 2019; Kukutai e Taylor, 2016; Vidotti, Torino e Coneglian, 2021; Torino, Monteiro e Vidotti, 2023).

Os arquivos indígenas desempenham um papel crucial na documentação e preservação da memória, sendo ambientes de armazenamento de conhecimento cultural, histórico e ancestral. Integrar os princípios CARE na gestão desses arquivos fortalece a abordagem ética, promovendo o benefício coletivo, o respeito pela autoridade das comunidades indígenas sobre seus registros, a responsabilidade na preservação e a ética na divulgação das informações.

A decolonização do arquivo é uma abordagem crítica que busca transformar as práticas tradicionais de criação, curadoria e interpretação de arquivos. Pesquisadores como Cushman (2013), Risam (2015) e Povinelli (2011) destacam a necessidade de reconhecer e confrontar as heranças coloniais presentes nos arquivos, admitindo o papel histórico de marginalização de certas vozes. Essa transformação envolve a reinterpretação de fundos e coleções, o foco em vozes marginalizadas, a colaboração direta com comunidades representadas nos arquivos, o uso de tecnologias digitais para ampliar o acesso e mudanças nas políticas institucionais para promover diversidade, equidade e inclusão. A decolonização do arquivo é um processo dinâmico, promovendo uma ressignificação das relações entre arquivos, comunidades e conhecimento.

A governança de dados indígenas surge como uma ferramenta essencial para assegurar que a coleta, a gestão e o compartilhamento de dados estejam alinhados com os interesses e prioridades das comunidades indígenas, reforçando assim a autodeterminação (Carroll *et al.*, 2020). A aplicação dos Princípios CARE na governança de dados indígenas não apenas protege a privacidade e a soberania, mas também contribui para a promoção do Direito à Memória.

Os Princípios CARE desempenham um papel crucial na governança de dados indígenas, especialmente quando inseridos no contexto dos arquivos indígenas. Ao considerarmos a preservação da memória e o respeito aos direitos das comunidades indígenas sobre suas informações, a aplicação dos Princípios CARE

se torna essencial na gestão de arquivos que abrigam conhecimentos culturais, históricos e ancestrais.

A abordagem arquivística deste estudo não apenas destaca a importância dos arquivos indígenas como repositórios fundamentais para a preservação da memória, mas também ressalta a necessidade de uma governança de dados sólida. Os Princípios CARE, ao serem integrados na gestão desses arquivos, possibilitam que o benefício coletivo seja prioritário, que as comunidades indígenas mantenham a autoridade sobre seus registros, que haja responsabilidade na preservação dessas informações e que a ética oriente a disseminação adequada desses conhecimentos.

Nesse contexto, a governança de dados indígenas não apenas protege a privacidade e a soberania, mas atua como um alicerce para a promoção do Direito à Memória. A interconexão entre os arquivos indígenas, os Princípios CARE e a governança de dados indígenas reforça a importância de considerar as necessidades e prioridades dos povos indígenas na administração desses registros, respeitando suas perspectivas culturais e garantindo a continuidade de suas identidades. Essa abordagem integrada proporciona um arcabouço sólido para fortalecer não apenas a preservação da herança cultural indígena, mas também a diversidade étnica e cultural em escala global.

Em síntese, a interconexão entre arquivos indígenas, Princípios CARE e governança de dados indígenas apresenta uma abordagem holística para fortalecer o Direito à Memória dos povos indígenas. Essa integração não só contribui para a preservação da rica herança cultural dessas comunidades, mas também reforça o respeito à diversidade étnica e cultural em escala global.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo principal apresentar os Princípios CARE no contexto da governança de dados indígenas, utilizando uma abordagem arquivística. Para atingir esse objetivo, a pesquisa se concentra na análise e compreensão dos Princípios CARE e sua aplicação na gestão de dados indígenas em ambientes arquivísticos.

Este estudo destaca a relevância dos arquivos indígenas como cruciais para a documentação e preservação da rica herança cultural, histórica e ancestral das comunidades indígenas. A integração dos Princípios CARE na gestão desses arquivos promove uma abordagem ética, incentivando benefício coletivo, respeito à autoridade das comunidades indígenas sobre seus registros, responsabilidade na preservação e ética na divulgação de dados e informações. Na governança de dados indígenas, a pesquisa fornece insights sobre a aplicação dos Princípios CARE para promover a autodeterminação nas áreas de coleta, gestão e compartilhamento de dados. Essa análise contribui com os arquivos indígenas, mas também com a promoção mais ampla do Direito à Memória.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo adota uma abordagem holística e descritiva para examinar os arquivos indígenas, os Princípios CARE e a governança de dados indígenas. A metodologia compreende um levantamento bibliográfico e uma revisão de literatura de fontes acadêmicas e documentos oficiais que abordam temas fundamentais como arquivos, governança de dados indígenas e Princípios CARE.

## **3 RESULTADOS**

Os Princípios CARE representam um conjunto de diretrizes fundamentais que visam orientar a coleta, a gestão e o compartilhamento de dados, enfatizando a importância de promover o bem-estar coletivo, respeitar a autoridade das comunidades sobre seus próprios dados, assumir responsabilidades éticas e legais, e adotar práticas éticas na manipulação de dados e informações, respeitando tradições e valores culturais dos povos indígenas.

Por sua vez, a governança de dados indígenas se refere aos processos e práticas que guiam a tomada de decisões sobre dados relacionados às comunidades indígenas, garantindo que essas decisões estejam alinhadas com as

necessidades e prioridades das próprias comunidades (Carroll *et al.*, 2020; Global Indigenous Data Alliance, 2019; Kukutai e Taylor, 2016; Vidotti, Torino e Coneglian, 2021).

Esta seção explora a interconexão entre os Princípios CARE e a governança de dados indígenas, destacando como essa articulação desempenha um papel crucial no contexto dos arquivos indígenas, sendo estes ambientes de armazenamento de conhecimento cultural, histórico e ancestral.

**Quadro 1 - Princípios CARE e a governança de dados indígenas**

| <b>Princípio</b>          | <b>Aplicação</b>   |
|---------------------------|--|
| Benefício coletivo        | Práticas de coleta centradas nas necessidades das comunidades indígenas, promovendo desenvolvimento sustentável e preservação cultural.              |
| Autoridade para controlar | Capacitação das comunidades indígenas para decidirem sobre o acesso e uso de seus dados, fortalecendo sua autodeterminação.                          |
| Responsabilidade          | Estratégias para proteção da privacidade e integridade dos dados, promovendo a confiança entre as comunidades e os gestores de dados.                |
| Ética                     | Orientação quanto à divulgação de informações de maneira culturalmente sensível e respeitosa, evitando impactos negativos nas comunidades indígenas. |

Fonte: As autoras, baseado em Global Indigenous Data Alliance (2019).

O Quadro 1 demonstra a aplicabilidade e os benefícios da integração dos Princípios CARE e da governança de dados indígenas. A análise do Benefício Coletivo em situações reais destaca práticas de coleta de dados centradas nas necessidades específicas das comunidades indígenas, impulsionando o desenvolvimento sustentável e a preservação cultural. A aplicação do princípio de Autoridade para Controlar evidencia estratégias que capacitam as comunidades indígenas a decidirem sobre o acesso e uso de seus dados, reforçando sua autodeterminação. No que diz respeito à Responsabilidade, são apresentadas estratégias práticas para proteger a privacidade e a integridade dos dados, estabelecendo uma base sólida para a confiança entre os povos indígenas e os gestores de dados. A análise do princípio de Ética destaca exemplos de divulgação de dados e informações de maneira culturalmente sensível e respeitosa, minimizando impactos negativos sobre as comunidades indígenas.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão desta pesquisa, emerge a clara compreensão de que a interseção entre arquivos indígenas, princípios Princípios CARE e governança de dados indígenas desempenha um papel crucial no fortalecimento do Direito à Memória das comunidades indígenas. Ao explorar as dimensões preservadas nos arquivos indígenas, aplicar os Princípios CARE na gestão desses arquivos e reconhecer a importância da governança de dados indígenas, é possível avançar na salvaguarda não apenas da rica herança cultural, mas também da autodeterminação e privacidade dos povos indígenas.

Os objetivos propostos para este estudo foram atingidos, permitindo uma análise aprofundada das inter-relações entre arquivos, Princípios CARE e governança de dados indígenas. A integração desses elementos se revelou essencial para proporcionar uma abordagem holística, contribuindo para o fortalecimento do Direito à Memória.

Nesse contexto, a decolonização do arquivo é delineada como um processo dinâmico que busca redefinir as relações fundamentais entre arquivos, comunidades e conhecimento. Destaca-se que a preservação cultural vai além da mera conservação de registros, englobando a promoção ativa da diversidade étnica e cultural em nível global.

Portanto, ao finalizar esta pesquisa, é evidente que o estudo contribui não apenas para a área da Ciência da Informação, mas também para um entendimento mais amplo das oportunidades e dos desafios relacionados à gestão de dados e preservação da memória dos povos indígenas, fornecendo uma base sólida para investigações futuras.

Uma limitação inerente a este estudo é a ênfase inicial em uma abordagem descritiva, que pode fornecer uma compreensão aprofundada dos conceitos e princípios abordados, mas pode não capturar completamente a complexidade das práticas de governança de dados indígenas em diferentes contextos sociais, culturais e geopolíticos. Diante disso, como continuação desta pesquisa, serão

explorados estudos de caso que ilustrem a implementação prática desses princípios em comunidades indígenas. A análise desses casos permitirá uma compreensão mais aprofundada de como os princípios CARE podem ser integrados efetivamente na governança de dados em arquivos indígenas.

## REFERÊNCIAS

- CARROLL, Stephanie Russo *et al.* The CARE Principles for Indigenous Data Governance. *Data Science Journal*, France, v. 19, n. 1, p. 43, nov. 2020. DOI: <http://doi.org/10.5334/dsj-2020-043>. Disponível em: <https://bit.ly/3MM1RGc>. Acesso em: 05 fev. 2024.
- CUSHMAN, Ellen. Wampum, Sequoyan, and Story: decolonizing the digital archive. *College English*, [s.l.], v. 76, n. 2, p. 115-135, 2013. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24238145>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- GLOBAL INDIGENOUS DATA ALLIANCE. *CARE Principles for Indigenous Data Governance*. [S.l.], 2019. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/5d3799de845604000199cd24/t/5da9f4479ecab221ce848fb2/1571419335217/%20CARE+Principles+One+Paggers+FINAL+Oct+17+2019.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- KUKUTAI, Tahu; TAYLOR, John (ed.). *Indigenous data sovereignty: toward an agenda*. Austrália: ANU Press, 2016. Disponível em: <https://press-files.anu.edu.au/downloads/press/n2140/pdf/book.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2023.
- MORIGI, Valdir Jose; FORNOS, Ana Maria Giovanoni. Direito à memória: a Comissão Nacional da Verdade brasileira e as narrativas dos povos indígenas na construção da cidadania. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 30, n. 2, 2020. DOI: <http://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n2.52156>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/52156>. Acesso em: 7 fev. 2024.
- NAÇÕES UNIDAS. *Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS\\_pt.pdf](https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf). Acesso em: 05 fev. 2024.

POVINELLI, Elizabeth. The woman on the other side of the wall: archiving the otherwise in postcolonial digital archives. *Differences*, v. 22, n. 1, p. 146-71, 2011. DOI: <http://doi.org/10.1215/10407391-1218274>. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/differences/article-abstract/22/1/146/97727/The-Woman-on-the-Other-Side-of-the-Wall-Archiving?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 7 fev. 2024.

RISAM, Roopika. Revising history and re-authoring the left in the postcolonial digital archive. *Left History*, v. 18, n. 2, p. 35-46, 2015. DOI: <https://doi.org/10.25071/1913-9632.39310>. Disponível em: <https://lh.journals.yorku.ca/index.php/lh/article/view/39310/35610>. Acesso em: 7 fev. 2024.

TORINO, Emanuelle; MONTEIRO, Elizabete Cristina de Souza de Aguiar; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Plano de gestão de dados de pesquisa de povos indígenas: considerações acerca dos princípios FAIR e CARE. *Revista Brasileira de Preservação Digital*, Campinas, SP, v. 4, n. 00, p. e023007, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20396/rebpred.v4i00.17936>. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/article/view/17936>. Acesso em: 20 fev. 2024.

VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio; TORINO, Emanuelle; CONEGLIAN, Caio Saraiva. #SejaJUSTOeCUIDADOSO: princípios FAIR e CARE na gestão de dados de pesquisa. In: SALES, Luana Farias; VEIGA, Viviane dos Santos; HENNING, Patrícia; SAYÃO, Luís Fernando (org.). *Princípios FAIR aplicados à gestão de dados de pesquisa*. Rio de Janeiro: Ibict, 2021. p. 209-221. DOI: <https://doi.org/10.22477/9786589167242.cap15>. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1182>. Acesso em: 14 fev. 2024.